



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ

2025

A photograph of the exterior of the Controladoria Geral do Estado do Pará building. The building is a modern structure with a mix of white, grey, and orange-brown panels. A large glass facade on the left side reflects the surrounding environment. The CGE logo is prominently displayed on the building's facade. The entrance area features a large, overhanging orange-brown structure. The sky is blue with some light clouds, and a few palm trees are visible in the background.

CGE
CONTROLADORIA
GERAL DO
ESTADO DO PARÁ



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ - 2025

HELDER ZALUTH BARBALHO
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ

HANA GHASSAN TUMA
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ

OZÓRIO ADOLFO JUVENIL GÓES NUNES DE SOUSA
CONTROLADOR- GERAL DO ESTADO DO PARÁ

ANA PAULA PANTOJA PINTO
CONTROLADORA-GERAL ADJUNTA DE CONTROLE INTERNO

LUIZ HENRIQUE DE SOUZA REIMÃO
CONTROLADOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO E SUPORTE

NAWAL BANNA
CHEFE DE GABINETE

GABRIELA SILVA
ASSESSORIA DE GABINETE
COORDENADORIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

COLABORAÇÃO

GABINETE

CONTROLE INTERNO

NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

COORDENADORIA DE LOGÍSTICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONTROLADORIA DE AUDITORIA INTERNA

CONTROLADORIA DE CONTAS,

ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

CONTROLADORIA DE CORREIÇÃO

CONTROLADORIA DE HARMONIZAÇÃO

CONTROLADORIA DE INSPEÇÃO

CONTROLADORIA DE TRANSPARÊNCIA

SUMÁRIO

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – CGE/PA – 2025

I – Missão Institucional 06

II – Avanços Institucionais e Resultados Estratégicos de 2025 06

II.I – SISPATRI

II.II – Capacitação dos Servidores

II.II.I – Treinamento sobre Business Objects

II.II.II – Palestra sobre Promoção da Saúde e Prevenção do Câncer de Mama

II.II.III – Palestra sobre Desenvolvimento Integral e Aprimoramento de Competências dos Servidores

II.II.IV – Capacitação sobre Gestão e Fiscalização de Contratos na Administração Pública

II.II.V – Capacitação sobre Letramento Racial no Contexto do Serviço Público

II.II.VI – Capacitação sobre Transparência Pública e Acesso à Informação

II.II.VII – Capacitação sobre Educação Financeira para Servidores

II.II.VIII – Capacitação sobre Economia Circular, Logística Reversa e Mineração Urbana

II.III – Acordo de Cooperação Técnica entre CGE-PA e SEFA para Fortalecimento dos Instrumentos de Controle das Contratações Públicas

II.IV – Implementação do Grupo de Sustentabilidade

II.V – Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI

II.VI – Acordo de Cooperação Técnica entre TCE-PA e CGE-PA para Compartilhamento de Dados Institucionais

III – Atuação da Área Finalística 18

III.I – Atividades Executadas em 2025

III.II – Controladoria de Correição

III.III – Controladoria de Harmonização

III.IV – Controladoria de Auditoria Interna

III.V – Controladoria de Inspeção

III.VI – Controladoria de Contas, Acompanhamento e Monitoramento

III.VII – Controladoria de Transparência e Integridade

IV – Atuação da Área Meio	28
IV.I – Diretoria de Administração e Finanças – DAF	
IV.I.I – Análise Por Programa Governança Pública	
IV.I.II – Análise Por Programa Manutenção Da Gestão	
IV.II – Diretoria de Tecnologia da Informação – DITI	
IV.II.I – Infraestrutura Tecnológica e Disponibilidade	
IV.II.II – Segurança da Informação	
IV.II.III – Portal da Transparência e Controle Social	
IV.II.IV – Sistemas Estruturantes do Estado	
IV.II.V – Suporte Técnico e Atendimento Interno	
IV.II.VI – Suporte Técnico e Atendimento Externo – SISPATRI	
IV.II.VII – Capacitação Técnica	
IV.II.VIII – Business Intelligence (BI-Web) no Apoio à Gestão da CGE	
IV.II.IX – Sistema Integrado de Ouvidoria (SIGO) no Apoio à Gestão da CGE	
IV.II.X – Impacto Institucional	
V – Consolidação dos Resultados Institucionais de 2025.....	37
VI – Diretrizes Institucionais para 2026.....	39

APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE) é órgão da Administração Pública Direta, vinculado ao Governador do Estado, responsável por exercer a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, nos termos da legislação vigente. Sua atuação está orientada ao fortalecimento da governança pública, à promoção da integridade, à ampliação da transparência e à prevenção de irregularidades, contribuindo para a melhoria da gestão pública e para a defesa do patrimônio público.

No exercício de 2025, a CGE manteve sua atuação alinhada às diretrizes do Plano Plurianual, ao Planejamento Estratégico institucional e às prioridades do Governo do Estado, desenvolvendo ações voltadas à coordenação do Sistema de Controle Interno, ao acompanhamento da execução das políticas públicas e à avaliação da legalidade, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

I - Missão Institucional

A missão institucional da Controladoria-Geral do Estado do Pará consiste em coordenar e fortalecer o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, promovendo a integridade, a transparência e a boa governança na administração pública. A CGE atua de forma estratégica para contribuir com o aperfeiçoamento da gestão pública, a correta aplicação dos recursos públicos e a prevenção de irregularidades, em defesa do interesse público e do patrimônio do Estado.

No exercício de suas atribuições, a CGE orienta-se por uma atuação preventiva, integrada e orientada a resultados, buscando apoiar os órgãos e entidades do Poder Executivo no aprimoramento de seus processos, no gerenciamento de riscos e no fortalecimento dos mecanismos de controle interno. Sua missão se materializa na indução de boas práticas administrativas, na avaliação da legalidade e do desempenho da gestão pública e no incentivo à cultura da ética, da integridade e da transparência.

Ao cumprir sua missão, a CGE contribui para o aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade das políticas públicas, reforçando a confiança da sociedade na administração pública e apoiando a alta administração estadual na tomada de decisões qualificadas, alinhadas aos objetivos estratégicos do Governo do Estado.

II - Avanços Institucionais e Resultados Estratégicos de 2025

No exercício de 2025, a Controladoria-Geral do Estado do Pará concentrou seus esforços na implementação de iniciativas de caráter estruturante, voltadas ao aperfeiçoamento de instrumentos institucionais, à qualificação técnica e à consolidação de práticas que ampliam a efetividade do controle interno. Ao longo do ano, foram desenvolvidas ações que contribuíram para o aprimoramento de processos, o fortalecimento de mecanismos de acompanhamento e a valorização da atuação técnica no âmbito do órgão.

As entregas realizadas evidenciam uma atuação orientada por planejamento, integração e busca por resultados consistentes, refletindo a evolução organizacional da CGE e a ampliação de sua presença institucional.

Nesse contexto, as ações implementadas ao longo do exercício evidenciam o processo de amadurecimento institucional da CGE, destacando sua capacidade de articulação interinstitucional, sua atuação coordenada e seu compromisso contínuo com o aperfeiçoamento da administração pública. Tais iniciativas reforçam a consolidação de práticas voltadas à transparência, à responsabilidade na gestão dos recursos públicos e à incorporação de diretrizes sustentáveis na condução das políticas e processos administrativos.

II.1 - SISPATRI

O Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos (SISPATRI) constitui instrumento essencial de controle patrimonial e de promoção da integridade no âmbito do Poder Executivo Estadual. Sua implementação observa as disposições da Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e do Decreto Estadual nº 1.712, de 12 de julho de 2021, que estabelecem a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos, da declaração de bens e valores.

No exercício de 2025, a Controladoria-Geral do Estado adotou medidas voltadas ao aprimoramento da gestão e do acompanhamento das declarações patrimoniais no âmbito do SISPATRI, com o objetivo de assegurar maior regularidade, confiabilidade das informações e aderência às normas vigentes. As iniciativas implementadas concentraram-se no fortalecimento dos procedimentos de monitoramento, na orientação aos agentes públicos e no aperfeiçoamento dos fluxos internos relacionados ao controle patrimonial.

Com o objetivo de ampliar a divulgação e promover a orientação adequada acerca da obrigatoriedade de apresentação das declarações patrimoniais, o Controlador-Geral do Estado do Pará, a Controladora Adjunta de Controle Interno e a Controladoria de Correição participaram de entrevistas institucionais destinadas a esclarecer a finalidade, o funcionamento e a importância do SISPATRI no âmbito do Poder Executivo Estadual.



(Controlador-Geral do Estado do Pará e Controladora Adjunta de Controle Interno participam de entrevista sobre o SISPATRI)



(Controladora Adjunta de Controle Interno e Controladora da Controladoria de Correição participam de entrevista sobre o SISPATRI)



(Controlador-Geral do Estado do Pará e Controladora Adjunta de Controle Interno participam de entrevista sobre o SISPATRI)

II.II CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

A capacitação dos servidores constituiu, ao longo do exercício de 2025, importante eixo de aprimoramento institucional, voltado ao fortalecimento das competências técnicas, ao alinhamento de práticas e à qualificação contínua das atividades desenvolvidas no âmbito da Controladoria-Geral do Estado. As ações formativas realizadas contribuíram para a atualização de conhecimentos, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e a disseminação de boas práticas relacionadas ao controle interno, à governança e à integridade.

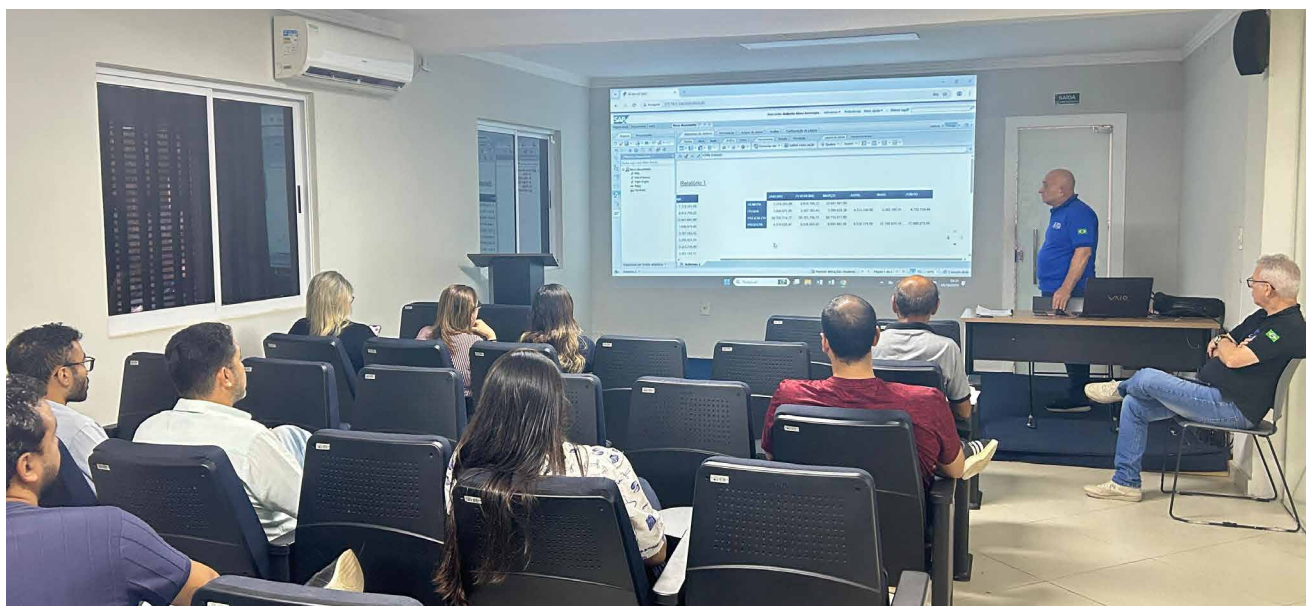
A condução dessas iniciativas pela gestão da Controladoria-Geral do Estado evidenciou a priorização de políticas voltadas ao desenvolvimento profissional dos servidores, com foco na valorização do conhecimento, no fortalecimento institucional e na promoção de ambiente organizacional orientado à melhoria contínua e à excelência na prestação das atividades de controle.

Nesse contexto, foram promovidas iniciativas de capacitação direcionadas a diferentes áreas de atuação, contemplando temas estratégicos e alinhados às demandas institucionais, conforme detalhado a seguir.

II.II.I TREINAMENTO SOBRE BUSINESS OBJECTS

No âmbito das ações de capacitação realizadas em 2025, servidores da Controladoria-Geral do Estado participaram de treinamento voltado à utilização da ferramenta Business Objects, ministrado por equipe técnica da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará (PRODEPA). A iniciativa teve como finalidade ampliar a capacidade de utilização de dados institucionais, contribuindo para maior agilidade na análise de informações e para o aperfeiçoamento dos processos administrativos no âmbito da administração pública estadual.

A capacitação abordou recursos relacionados à extração, consolidação e interpretação de dados provenientes de sistemas estruturantes do Estado, possibilitando aos participantes o aprimoramento do uso de ferramentas tecnológicas que apoiam a gestão, a tomada de decisões e o acompanhamento das atividades governamentais. A ação evidencia a importância da qualificação técnica dos servidores e da incorporação de soluções digitais que favorecem maior eficiência e integração das informações no setor público.



(Controladora Adjunta de Controle Interno e Controladora da Controladoria de Correição participam de entrevista sobre o SISPATRI)

II.II.II PALESTRA SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

No âmbito das ações de capacitação voltadas ao desenvolvimento integral dos servidores, foi promovida palestra direcionada à promoção da saúde e à conscientização sobre a prevenção do câncer de mama, abordando aspectos relacionados ao autocuidado, à detecção precoce e à adoção de hábitos saudáveis.

A atividade teve como objetivo sensibilizar os servidores quanto à importância do cuidado com a saúde e da adoção de práticas preventivas, com ênfase na detecção precoce do câncer de mama. Durante a atividade, foram abordados aspectos relacionados à conscientização, aos fatores de risco e às estratégias de prevenção, destacando a relevância do autocuidado e da realização periódica de exames.

A iniciativa contribuiu para a promoção da saúde no ambiente de trabalho e para o fortalecimento de ações voltadas ao bem-estar dos servidores, reconhecendo que a qualidade de vida constitui elemento essencial para o desempenho das atividades profissionais e para a prestação de serviços públicos de qualidade.



II.II.III PALESTRA SOBRE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E APRIMORAMENTO DE COMPETÊNCIAS DOS SERVIDORES

Como parte das iniciativas formativas direcionadas ao fortalecimento das capacidades individuais e organizacionais, foi realizada palestra voltada ao desenvolvimento integral dos servidores, com enfoque na evolução profissional, no aprimoramento de habilidades e na valorização do aprendizado contínuo.

A palestra abordou a importância do desenvolvimento integral dos servidores, com foco no aprimoramento contínuo das competências técnicas e socioemocionais necessárias ao exercício das funções públicas. Foram discutidos aspectos relacionados à evolução profissional, à gestão de habilidades e à construção de ambientes colaborativos, ressaltando o papel do aperfeiçoamento permanente na melhoria dos processos de trabalho.

A ação reforça a valorização do servidor como agente estratégico da administração pública, contribuindo para o fortalecimento do engajamento, da motivação e da capacidade institucional de resposta às demandas da sociedade.



II.II.IV- CAPACITAÇÃO SOBRE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No âmbito das ações de capacitação voltadas ao aprimoramento das competências técnicas dos servidores, a Controladoria-Geral do Estado do Pará promoveu atividade formativa direcionada à qualificação profissional e à atualização de conhecimentos relacionados à gestão pública. A iniciativa foi realizada na sede da CGE-PA, em Belém, reunindo servidores do órgão para discussão de tema relevante ao fortalecimento das práticas administrativas.

A atividade foi conduzida pela Controladoria de Harmonização e teve como temática “Gestão e Fiscalização de Contratos na Administração Pública: garantindo eficiência, transparência e conformidade”. Durante a capacitação, foram abordados aspectos relacionados às atribuições dos gestores e fiscais de contratos, às boas práticas de acompanhamento da execução contratual e aos mecanismos voltados à promoção da regularidade, da eficiência e da conformidade na gestão das contratações públicas.

A iniciativa contribuiu para o aprimoramento do conhecimento técnico dos servidores e para o fortalecimento das práticas institucionais relacionadas à gestão contratual, reforçando a importância da atuação preventiva e orientadora no acompanhamento das contratações públicas no âmbito da administração estadual.



II.II.V- CAPACITAÇÃO SOBRE LETRAMENTO RACIAL NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Como parte das iniciativas voltadas ao desenvolvimento institucional e à promoção de ambiente organizacional mais inclusivo e consciente, a Controladoria-Geral do Estado do Pará promoveu atividade formativa dedicada à discussão do tema “Letramento racial: uma abordagem educativa no contexto do serviço público”. A atividade contou com a participação da vice coordenadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, professora Sandra Guimarães, que conduziu a exposição sobre o tema.

Durante a atividade, foram abordados aspectos históricos relacionados ao racismo estrutural no Brasil, bem como seus reflexos nas relações sociais, no ambiente de trabalho e nas dinâmicas institucionais. A exposição também contemplou reflexões acerca da importância da construção de práticas organizacionais comprometidas com a equidade, com a valorização da diversidade e com o enfrentamento de diferentes formas de discriminação.

No decorrer da capacitação, destacou-se que o letramento racial envolve o desenvolvimento de competências voltadas à identificação, análise e enfrentamento de práticas discriminatórias, constituindo processo contínuo de aprendizado e sensibilização sobre as questões raciais no âmbito social e institucional. A iniciativa contribuiu para ampliar o debate sobre diversidade e inclusão no serviço público, reforçando o papel das instituições na promoção de práticas alinhadas aos princípios da igualdade, do respeito e da cidadania.



II.II.VI - CAPACITAÇÃO SOBRE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ACESSO À INFORMAÇÃO

No âmbito das iniciativas voltadas à disseminação de conhecimentos relacionados à transparência pública e ao fortalecimento das práticas de acesso à informação, a Controladoria de Transparência e Integridade da Controladoria-Geral do Estado do Pará realizou atividade formativa dedicada à abordagem do tema “Transparência pública”, com foco nos mecanismos e instrumentos que garantem o direito de acesso à informação no setor público.

A atividade foi conduzida por representantes da Controladoria de Transparência e Integridade da CGE e integrou a programação do “2º Café com a Ouvidoria de Justiça da SEJU”, evento promovido pela Secretaria de Estado de Justiça

em celebração ao Dia do Ouvidor. A iniciativa reuniu servidores e profissionais da área para discutir aspectos relacionados à transparência ativa, ao atendimento às demandas de informação e ao fortalecimento dos canais de comunicação entre a Administração Pública e a sociedade.



Durante a capacitação, foram abordados os principais fundamentos normativos e operacionais relacionados à Lei de Acesso à Informação, bem como a importância da atuação das ouvidorias e dos mecanismos de transparência para o fortalecimento do controle social e para a promoção de uma gestão pública mais aberta, responsável e orientada ao interesse público.

II.II.VII - CAPACITAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA SERVIDORES

No âmbito das iniciativas voltadas ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores, a Controladoria-Geral do Estado do Pará promoveu atividade formativa dedicada ao tema “Educação financeira para servidores”. A atividade foi conduzida pelo planejador financeiro e especialista em capitais Idean Alves, em conjunto com a psicóloga Thais Hannecker, que apresentaram reflexões e orientações relacionadas à gestão responsável das finanças pessoais.

Durante a capacitação, foram abordados aspectos relacionados à importância do planejamento financeiro no cotidiano dos servidores, considerando a organização da renda mensal, a definição de metas financeiras e a avaliação de alternativas de investimento voltadas ao alcance de objetivos de curto, médio e longo prazo. A programação também contemplou orientações sobre práticas voltadas à prevenção do endividamento, ao uso consciente de crédito, ao planejamento da aposentadoria e à formação de reservas financeiras para situações emergenciais.

A iniciativa contribuiu para ampliar o conhecimento dos participantes sobre gestão financeira pessoal, destacando a relevância da educação financeira como instrumento de equilíbrio econômico e bem-estar individual, aspectos que também se refletem na qualidade do ambiente de trabalho e no desempenho das atividades no serviço público.

II.II.VIII - CAPACITAÇÃO SOBRE ECONOMIA CIRCULAR, LOGÍSTICA REVERSA E MINERAÇÃO URBANA

No âmbito das iniciativas voltadas à disseminação de práticas sustentáveis e à promoção da conscientização ambiental no serviço público, a Controladoria-Geral do Estado do Pará promoveu atividade formativa dedicada ao tema “Economia Circular, Logística Reversa e Mineração Urbana: construindo um legado para a COP 30 no Pará”. A atividade reuniu servidores para reflexão sobre estratégias voltadas ao fortalecimento de políticas ambientais e à adoção de práticas responsáveis na gestão de recursos.

O evento contou com a participação do Instituto Alachaster, instituição especializada no desenvolvimento de ações e projetos voltados à sustentabilidade no Estado do Pará. Durante a programação, foram apresentados conceitos e práticas relacionadas à economia circular, à logística reversa e à mineração urbana, destacando a importância dessas abordagens para a redução de impactos ambientais, o reaproveitamento de recursos e a promoção de modelos produtivos mais sustentáveis.

A iniciativa contribuiu para ampliar o conhecimento dos participantes acerca de práticas ambientais alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável, reforçando o compromisso institucional com a adoção de medidas que favoreçam a gestão responsável de recursos e a construção de legado positivo no contexto da realização da COP 30 no Estado do Pará.

II.III – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CGE-PA E SEFA PARA FORTALECIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS REALIZADA DURANTE PROGRAMAÇÃO DA COP 30

A Controladoria-Geral do Estado do Pará e a Secretaria da Fazenda firmaram Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de implantar instrumentos de controle das contratações públicas, iniciativa voltada ao aprimoramento da gestão, ao fortalecimento da transparência e à incorporação de boas práticas de governança no âmbito da administração pública estadual. A formalização ocorreu durante programação institucional realizada na COP 30 em Belém, consolidando esforço conjunto para a modernização dos processos relacionados à execução contratual.

A cooperação prevê a implementação inicial das metodologias na Secretaria da Fazenda, que atuará como projeto piloto, possibilitando a consolidação de procedimentos e a posterior expansão das práticas para outros órgãos estaduais. Nesse contexto, a CGE-PA desempenhará papel de apoio técnico e orientação metodológica, contribuindo para o acompanhamento preventivo das contratações e para o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, execução e monitoramento dos contratos públicos.



A iniciativa reforça o compromisso institucional das entidades envolvidas com a melhoria contínua da gestão pública, promovendo maior eficiência administrativa, fortalecimento da integridade e ampliação da confiança social na correta aplicação dos recursos públicos.

II.IV – IMPLEMENTAÇÃO DO GRUPO DE SUSTENTABILIDADE

No exercício de 2025, a Controladoria-Geral do Estado do Pará avançou na agenda de sustentabilidade institucional por meio da implementação do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade, instituído com a finalidade de acompanhar e induzir a incorporação de critérios ambientais nas contratações públicas e nos processos administrativos do órgão. A iniciativa integra o conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da governança ambiental e à adoção de práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável no âmbito da administração pública.

Nesse contexto, foram promovidas orientações para adequação de instrumentos contratuais, com destaque para a inclusão de cláusulas de sustentabilidade em contratos administrativos, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o desenvolvimento nacional sustentável como princípio das contratações públicas. As medidas adotadas contemplam a previsão de destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados na execução contratual, incluindo materiais com potencial impacto ambiental, como pneus inservíveis, baterias automotivas e óleo lubrificante contaminado, com exigência de logística reversa e comprovação documental de descarte adequado.

A atuação do Grupo de Sustentabilidade contribui para a redução de impactos ambientais associados às contratações públicas, para o uso responsável de recursos naturais e para o fortalecimento de práticas alinhadas ao Plano de Logística Sustentável e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, evidenciando o compromisso institucional da CGE-PA com a modernização administrativa e a incorporação de diretrizes ambientais na gestão pública.



II.V- REUNIÃO TÉCNICA DO CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO – CONACI

A realização da 56ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), sediada em Belém, representou marco relevante para o fortalecimento da agenda nacional de governança e para a integração entre as instituições responsáveis pelas atividades de controle interno no país. O evento reuniu representantes de controladorias de diferentes entes federativos, consolidando-se como espaço qualificado de intercâmbio de experiências, discussão de temas estratégicos e compartilhamento de boas práticas voltadas ao aprimoramento da administração pública.

Promovida pelo Conaci em parceria com a Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE-PA), a reunião contou com a CGE-PA na condição de anfitriã, destacando o protagonismo institucional do órgão e a atuação da gestão do Controlador-Geral do Estado na articulação e condução de iniciativas de alcance nacional. A organização do encontro evidenciou a capacidade de liderança, coordenação e mobilização institucional da CGE-PA, contribuindo para consolidar o Estado do Pará como referência na promoção de espaços de diálogo técnico e cooperação federativa.

A escolha de Belém como sede do evento, em contexto posterior à realização da COP30, conferiu especial relevância às discussões relacionadas à sustentabilidade e à governança climática, posicionando o controle interno como instrumento estratégico na indução de políticas públicas alinhadas às dimensões ambiental, social e de governança (ESG). Nesse cenário, a realização do encontro sob coordenação da CGE-PA reforçou o compromisso da gestão estadual com a incorporação de diretrizes sustentáveis e com o fortalecimento de práticas administrativas responsáveis, transparentes e orientadas ao desenvolvimento sustentável.



A Controladoria-Geral do Estado do Pará, em parceria com a Companhia de Ativos e Participações do Pará, apresentou case intitulado 'Integridade e Sustentabilidade: conexões no mercado de carbono voluntário no Pará', destacando iniciativas relacionadas à estruturação da sociedade de economia mista para a futura operacionalização de vendas de ativos de origem florestal. Na ocasião, foram apresentados aos participantes aspectos institucionais da Companhia, incluindo o desenvolvimento de sua política de governança, a implementação de código de ética, a adoção de instrumentos de transparência e a estruturação da gestão de riscos, processo que conta com suporte técnico

da CGE-PA, evidenciando a atuação integrada entre os órgãos na promoção de práticas alinhadas à integridade, à sustentabilidade e à responsabilidade na gestão pública.

Lançamento do Guia de Gestão de Riscos

No contexto da realização da 56ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), a Controladoria-Geral do Estado do Pará promoveu o lançamento do Guia de Gestão de Riscos, instrumento estratégico voltado ao fortalecimento das práticas de governança e ao aprimoramento dos mecanismos de planejamento e tomada de decisão no âmbito da administração pública.



O material foi concebido com o objetivo de orientar servidores e gestores na identificação, análise e tratamento de eventos ou situações capazes de impactar o alcance dos objetivos institucionais, contribuindo para a adoção de abordagem preventiva e estruturada na condução das atividades administrativas. O guia reúne conceitos, diretrizes e procedimentos que favorecem a implementação de práticas alinhadas aos princípios de eficiência, transparência e responsabilidade na gestão pública.

A iniciativa evidencia a atuação da Controladoria-Geral do Estado do Pará na indução de políticas e instrumentos voltados ao aperfeiçoamento da gestão, reforçando seu papel na disseminação de boas práticas e na promoção da cultura de gestão de riscos no setor público. O lançamento do guia em evento de alcance nacional fortalece a visibilidade institucional da CGE-PA e reafirma o compromisso da gestão com a modernização administrativa, a prevenção de riscos e a qualificação contínua dos processos organizacionais.

II.VI- ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE TCE-PA E CGE-PA PARA COMPARTILHAMENTO DE DADOS INSTITUCIONAIS

No exercício de 2025, a Controladoria-Geral do Estado do Pará firmou o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2025 com o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), iniciativa conduzida no âmbito da Controladoria de Transparência

e Integridade. A parceria institucional tem como objetivo fortalecer os mecanismos de acompanhamento da gestão pública por meio do compartilhamento de informações estratégicas entre as instituições responsáveis pelo controle e pela fiscalização da administração pública.

O acordo estabelece o compartilhamento, pelo TCE-PA, de dados extraídos do sistema e-Jurisdicionado, sob sua gestão, permitindo à CGE-PA utilizar essas informações como subsídio para o exercício das funções de controle interno no âmbito do Poder Executivo Estadual. A iniciativa também contribui para ampliar as ações voltadas à promoção da transparência pública, especialmente no acompanhamento das transferências voluntárias realizadas pelo Estado.

Além disso, a cooperação institucional busca fomentar o uso do referido sistema pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, fortalecendo a integração entre os instrumentos de controle e promovendo maior eficiência na utilização das informações disponíveis para o acompanhamento da gestão pública.



A formalização do acordo evidencia o compromisso das instituições com o fortalecimento da governança pública, com a ampliação da transparência e com a atuação integrada dos órgãos de controle na promoção de uma gestão pública mais eficiente, responsável e orientada ao interesse público.

III - ATUAÇÃO DA ÁREA FINALÍSTICA

Em continuidade às ações institucionais apresentadas, a área finalística da Controladoria-Geral do Estado do Pará desenvolveu, no exercício de 2025, conjunto de atividades técnicas voltadas ao acompanhamento da gestão pública, à promoção da transparência, à execução de auditorias, inspeções e análises de processos administrativos, bem como à produção de instrumentos de monitoramento e orientação técnica.

As iniciativas implementadas pelas controladorias finalísticas, coordenadas pela Controladoria-Geral Adjunta de Controle Interno, compreendendo a Controladoria de Correição, a Controladoria de Harmonização, a Controladoria de Auditoria Interna, a Controladoria de Inspeção, a Controladoria de Contas, Acompanhamento e Monitoramento e a Controladoria de Transparência e Integridade, conforme previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Estadual nº 10.021, de 31 de julho de 2023, evidenciam atuação estruturada e abrangente, contemplando levantamento de informações, elaboração de relatórios, manifestações técnicas, monitoramento de processos e acompanhamento de demandas institucionais, contribuindo para o fortalecimento do Sistema de Controle Interno e para o aprimoramento da governança pública estadual.

As ações desenvolvidas pela CGE em 2025 estão alinhadas ao PPA 2024–2027, no programa Governança Pública, que reúne as iniciativas estratégicas da área. Nesse programa, a CGE integra duas ações específicas: gestão do sistema de controle interno do poder executivo, cujo produto é a ação de controladoria realizada, representando todas as auditorias, inspeções, monitoramentos, consultorias e manifestações técnicas executadas, dentre outras atividades; e fortalecimento do portal da transparência, medido pelo produto número de acessos ao portal da transparência, que reflete o uso e a efetividade das melhorias implementadas no portal.

III.I. ATIVIDADES EXECUTADAS EM 2025

Considerando que a área finalística da CGE é estruturada por áreas temáticas de atuação, as informações estão apresentadas de acordo com essa divisão organizacional interna e conforme os dados fornecidos por cada controladoria responsável pela respectiva área. Inicialmente, destacam-se as atividades desenvolvidas pela CGE de forma institucional.

- I Seminário Paraense de Auditoria e Controle Interno, realizado em 23 de maio de 2025. A iniciativa promoveu o intercâmbio de conhecimentos técnicos entre órgãos de controles, fomentando a disseminação de boas práticas de gestão, o aprimoramento dos mecanismos de integridade e a integração institucional dos profissionais da área na administração pública estadual.

- I Seminário sobre Ética Pública, realizado em 25 de abril de 2025, com o lançamento do Código de Conduta Ética da CGE, voltado aos servidores da Controladoria-Geral do Estado, resultado de um trabalho coletivo preparado por um grupo formado por servidores da própria CGE.

- Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2025 - TCE-CGE, iniciativa da C-TRANSP, objeto: compartilhamento, pelo TCE-PA à CGE-PA, de dados extraídos do sistema e Jurisdicionado -, sob sua gestão, com vistas a: I subsidiar o exercício das funções de controle interno da Administração Pública Estadual pela CGE-PA; II subsidiar a CGE em ações de promoção de transparência pública das transferências voluntárias; III fomentar, conjuntamente, o uso do referido sistema pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

- Participação no grupo de trabalho instituído para Padronização da Publicidade das Emendas Parlamentares Estaduais, por meio da Portaria nº 2.502/2025-CCG, de 10 de novembro de 2025, com a finalidade de elaborar proposta de normatização e padronização da publicidade institucional das ações financiadas por emendas parlamentares.

- Participação da CGE nas atividades da COP 30:

- Palestra na Zona Verde da COP30 (30ª Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas), com tema “Fisco e Cidadania na Amazônia”, a programação destacou a importância do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado de Fazenda e o papel estratégico da CGE-PA no fortalecimento da transparência e do acesso à informação.

- Podcast com o tema “Transparência e Controle Social: Ouvidoria fazendária e a CGE em Ação” no stand da Funtelpa no Pavilhão dos Municípios, sendo um diálogo sobre como a Ouvidoria e a Auditoria fortalecem a integridade e a participação social na gestão pública. Descubra práticas que ampliam a transparência, o controle social e a confiança do cidadão, alinhadas aos compromissos da COP 30 e à integração Estado-Municípios no contexto da Reforma Tributária.

A seguir, apresentam-se as principais atividades desenvolvidas por cada controladoria em sua respectiva área de atuação.

III.II. CONTROLADORIA DE CORREIÇÃO

As atribuições da Controladoria de Correição (C-COR), estão dispostas no art. 28 da Lei nº 10.021/2023, quais sejam:

Art. 28. À Controladoria de Correição, subordinada diretamente ao Controlador-Geral Adjunto de Controle Interno, compete:

I - normatizar as atividades correcionais no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

II - identificar e acompanhar atos de correição e tomadas de contas, mantendo cadastro dos procedimentos realizados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo e das pessoas físicas e jurídicas envolvidas;

III - realizar tomada de contas especial e atos correcionais relacionados a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta do Poder Executivo Estadual;

IV - fiscalizar, com exclusividade, as atividades funcionais e a conduta dos Auditores de Finanças e Controle, de ofício ou apreciando representações e denúncias relativas a integrantes da carreira, com vistas a preservar a dignidade do cargo;

V - realizar, com exclusividade, procedimentos correcionais de qualquer natureza relacionados a Auditores de Finanças e Controle, podendo celebrar Termo de Ajustamento de Conduta; e

VI - conduzir, privativamente, processo permanente de avaliação de desempenho dos Auditores de Finanças e Controle, remetendo as conclusões para conhecimento e decisão do Controlador-Geral do Estado.

Considerando as atribuições da C-COR no exercício de 2025, foram realizadas as seguintes atividades.

► **SISPATRI – Sistema de Declaração de Bens e Valores:** Ao longo do exercício de 2025, foram desenvolvidas ações de monitoramento, orientação e apoio técnico aos órgãos e entidades quanto ao cumprimento da obrigação anual de entrega das Declarações de Bens e Valores, dentre as quais destacam-se:

- Apoio técnico aos órgãos quanto ao uso do sistema;
- Monitoramento da inadimplência e das medidas adotadas para reduzi-la;
- Consolidação estatística dos índices de regularização;
- Atendimento de consultas formais e informais de gestores e servidores;
- Esclarecimento de dúvidas sobre envio, retificação e regularização da declaração;
- Emissão de manifestações técnicas relativas à conformidade declaratória; • Orientações administrativas para tratamento dos casos de descumprimento.

► **Registro de Atos Correcionais do Poder Executivo Estadual:** Em 2025, a C-COR realizou o acompanhamento e registro sistemático dos atos correcionais instaurados nos órgãos e entidades estaduais, com base em extração manual de dados publicados no Diário Oficial.

► **Emissão de 93 (noventa e três) Manifestações em processos que tratam de matérias afetas à competência da C-COR.** No total, foram realizadas 95 (noventa e cinco) Ações de Controladoria pela C-COR no exercício de 2025, vinculadas à ação Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Além disso, em 2025 foi elaborada a minuta de Decreto que regulamenta o processo de avaliação de desempenho para progressão na carreira de Auditor de Finanças e Controle e reformulado o guia de prevenção e enfrentamento ao assédio.

Atualmente, está em andamento a elaboração do Guia de Tomadas de Contas.

III.III CONTROLADORIA DE HARMONIZAÇÃO

As atribuições da Controladoria de Harmonização (C-HARM), estão dispostas no art. 29 da Lei nº 10.021/2023, quais sejam:

Art. 29. À Controladoria de Harmonização, subordinada diretamente ao Controlador-Geral Adjunto de Controle Interno, compete:

I - desenvolver atividades voltadas à normatização, coordenação e orientação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

II - responder, em tese, consultas e pedidos de manifestação de natureza técnica sobre matérias que sejam de competência legal da Controladoria Geral do Estado (CGE);

III - realizar pesquisas e desenvolver estudos relacionados a informações estratégicas ao controle interno, à qualidade de gastos públicos, à composição de custos e formação de preços; e

IV - realizar estudos, propor e executar ações voltadas à avaliação, gestão e melhoria das atividades desenvolvidas pelas Controladorias.

Considerando as atribuições da C-HARM no exercício de 2025, foram realizadas as seguintes atividades.

► Elaboração de portarias internas, incluindo:

- Portaria nº 016/2025-GAB, de 13/02/2025, que estabelece regras para cumprimento e controle de jornada dos servidores da CGE;
- Portaria nº 017/2025-GAB, de 13/02/2025, que regulamenta o trabalho híbrido na CGE;
- Portaria nº 018/2025-GAB, de 13/02/2025, que regulamenta o teletrabalho na CGE;
- Portaria nº 019/2025-GAB, de 13/02/2025, que dispõe sobre a comunicação da CGE com o público externo;
- Portaria nº 034/2025-GAB, de 27/02/2025, que institui o Código de Conduta Ética da Controladoria-Geral do Estado do Pará.

► Realização de palestras no Programa “Conversando com o Controle Interno”, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, com o tema “Prevenir é melhor que sanar: o controle interno como aliado estratégico da gestão pública”.

► Realização de reuniões técnicas;

► Emissão de 69 (sessenta e nove) manifestações técnicas via canal Orienta ACI;

► Emissão de manifestações técnicas pelo PAE;

No total, foram realizadas 76 (setenta e seis) Ações de Controladoria pela C-HARM no exercício de 2025, vinculadas à ação Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Além disso, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Colaboração na realização do “I Seminário sobre Ética” com o lançamento do Código de Conduta Ética da CGE, realizado no mês de abril;

Realização de Palestra sobre “Fiscal de Contrato” no programa “Ver-o-Controle” promovido pela CGE;

Realização de Palestra com o tema “Gestão e Fiscalização de contratos na administração pública: garantindo eficiência, transparência e conformidade” no projeto “Deixa eu te Contar” promovido pela CGE;

Realização da apresentação do novo Sistema de Controle Interno para órgãos do estado (SEDUC, CBMPA) e ao TCE-PA; e

Em andamento, encontram-se as seguintes atividades:

Atualização da minuta de Decreto de Suprimento de Fundos;

Elaboração de minuta de Manual sobre Suprimento de Fundos;

Elaboração de minuta do Regimento Interno para a Controladoria-Geral do Estado;

Elaboração de minuta de Decreto de regulamentação do Sistema de Controle Interno;

Elaboração de minuta de Instrução Normativa e Guia para regulamentação e estruturação das etapas de implementação do Novo Sistema de Controle Interno;

Elaboração e divulgação de minuta do Manual prático de diárias.

III.IV - CONTROLADORIA DE AUDITORIA INTERNA

As atribuições da Controladoria de Auditoria Interna (C-AUDIN), estão dispostas no art. 30 da Lei nº 10.021/2023, quais sejam:

Art. 30. À Controladoria de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Controlador-Geral Adjunto de Controle Interno, compete executar atividades de avaliação e consultoria, com a finalidade de agregar valor e melhorar as operações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, auxiliando os no atingimento de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, voltada para avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle interno, integridade e governança.

Considerando as atribuições da C-AUDIN no exercício de 2025, foram realizadas as seguintes atividades.

► 2 (duas) Consultorias na modalidade Orientação

- Elaboração do Documento de Appetite a Riscos da CGE/PA
- Guia de Gestão de Riscos do Estado do Pará - CGE/PA

► 2 (duas) Consultorias na modalidade Treinamento

- Auditoria Interna - Agregando valor à gestão - 1º Seminário de Auditoria e Controle Interno
- Fiscalização e Gestão de Contratos de Obras

► 4 (quatro) Consultorias na modalidade Facilitação

- Elaboração do Plano de Contratações Anual para 2025 da CGE/PA.
- Recomendações para a Política de Gestão de Riscos na implantação da Gestão de Riscos no HEMOPA.
- Elaboração de dashboard para monitoramento de Obras da COP30
- Elaboração da descrição das atividades da CAUDIN para o portal da CGE/PA

► 4 (quatro) Consultorias na modalidade Assessoramento

- Recomendações para a Política de Gestão de Riscos na implantação da Gestão de Riscos na SEFA.

- Implantação da gestão de riscos - Fiscalização Tributária na SEFA/PA
- Implantação da gestão de riscos - Contratações Públicas na SEFA/PA
- Implantação da gestão de riscos - Gerenciamento de Mudança em TI na SEFA/PA

► 2 (dois) Relatórios sobre o IA-CM

- Relatório de validação da autoavaliação no grau de capacidade de Nível 2 do Modelo IA-CM da CGE/PR;
- 2º Relatório Técnico de Autoavaliação

No total, foram realizadas 16 (dezesesseis) Ações de Controladoria pela C-AUDIN no exercício de 2025, vinculadas à ação Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Instituição do Sistema de Auditoria e Serviços Consultivos em Gestão de Riscos (SAEWEB), em parceria com a Controladoria Geral do Distrito Federal e a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará —PRODEPA, para a implantação da Gestão de Riscos no território Paraense, com o objetivo de minimizar os impactos negativos e potencializar as oportunidades, garantindo que as incertezas não comprometam os objetivos institucionais.

Além da atividade acima, a Controladoria de Auditoria Interna possui projetos que se encontram em andamento, conforme segue:

Consultoria do tipo orientação – elaboração de artefatos da Consultoria de Gestão de Riscos (Modelo de Política de Gestão de Riscos; Modelo de Declaração de apetite a risco; modelo de escopo, contexto e critérios; matriz de riscos e controles; documento de instrução da matriz de riscos e controles; documentos de compilação dos modelos; modelos de relatório; modelo de plano de tratamento; modelo de monitoramento);

Auditoria de Desempenho: Avaliação de Desempenho – que possui como objeto: Gestão e execução física dos projetos de infraestrutura do Plano de Investimento Multissetorial (COP30).

III.V - CONTROLADORIA DE INSPEÇÃO

As atribuições da Controladoria de Inspeção (C-INSP), estão dispostas no art. 31 da Lei nº 10.021/2023, quais sejam:

Art. 31. À Controladoria de Inspeção, subordinada diretamente ao Controlador-Geral Adjunto de Controle Interno, compete:

I - executar atividades com a finalidade de suprir omissões, preencher lacunas de informações e esclarecer dúvidas; e

II - apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de atos e fatos específicos, identificando disfunções, irregularidades, ilegalidades, fraudes e outros atos de corrupção, a partir de planejamento sistemático que leve em conta reclamações, suspeitas, denúncias e representações.

Considerando as atribuições da C-INSP no exercício de 2025, foram realizadas as seguintes atividades.

► 1 (um) Relatório de Inspeção;

► 2 (dois) Relatórios de Levantamento;

► 15 (quinze) Manifestações Técnicas.

No total, foram realizadas 18 (dezoito) Ações de Controladoria pela C-INSP no exercício de 2025, vinculadas à ação Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

III.VI CONTROLADORIA DE CONTAS, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

As atribuições da Controladoria de Contas, Acompanhamento e Monitoramento (C-CAM), estão dispostas no art. 32 da Lei nº 10.021/2023, quais sejam:

Art. 32. À Controladoria de Contas, Acompanhamento e Monitoramento, subordinada diretamente ao Controlador-Geral Adjunto de Controle Interno, compete executar atividades relacionadas à Prestação de Contas do Governo, à Prestação de Contas Anual de Gestão, ao plano plurianual, programas de governo e orçamento, às transferências de recursos a entidades privadas, às operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Estado, às recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e ao acompanhamento e monitoramento das recomendações exaradas em relatórios de auditoria e inspeção da Controladoria-Geral do Estado (CGE).

Considerando as atribuições da C-CAM no exercício de 2025, foram realizadas as seguintes atividades.

- ▶ 1 (um) Relatório Anual do Sistema de Controle Interno – RASCI;
- ▶ 3 (três) Relatórios de Acompanhamento;
- ▶ 1 (um) Relatório de Monitoramento;
- ▶ 95 (noventa e cinco) Relatórios Anuais de Contas;
- ▶ 95 (noventa e cinco) Pareceres Anuais de Contas; e
- ▶ 53 (cinquenta e três) Manifestações Técnicas.

No total, foram realizadas 248 (duzentos e quarenta e oito) Ações de Controladoria pela C-CAM no exercício de 2025, vinculadas à ação Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Destaca-se dentre os relatórios de acompanhamento, o Relatório de Acompanhamento nº 03/2025-CCAM/CGE que teve como objetivo a realização de acompanhamento na apresentação da documentação referente a Prestação de Contas do Contrato de Financiamento com o BNDES nº 23.2.0241, com foco principal de observar a adequação frente as exigências contratuais. Após realização de análise preliminar, a equipe definiu o escopo do trabalho, selecionando 04 (quatro) dos então 9 (nove) Planos de Investimentos-PIs contemplados no Contrato de Financiamento em comento, conforme segue: - Construção do Terminal Hidroviário Internacional de Passageiro - Galpão 10 (COP30EXPTHB); -Canal da Tamandaré – Parque Linear (COP30TAMABE); -Canais do Bengui, Nova Marambaia e Rua das Rosas (COP30BMRSBE); e -Canais do Tucunduba – Canal da Gentil Bittencourt (COP30GENTBE).

Além dos produtos descritos, a Controladoria de Contas, Acompanhamento e Monitoramento elabora anualmente minuta de instrução normativa que disciplina e organiza os trabalhos relacionados a prestação de contas de gestão, no que se refere a emissão de relatório e parecer do órgão central do sistema de controle interno.

III.VII CONTROLADORIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

As atribuições da Controladoria de Transparência e Integridade (C-TRANSP), estão dispostas no art. 33 da Lei nº 10.021/2023, quais sejam:

Art. 33. À Controladoria de Transparência e Integridade, subordinada diretamente ao Controla-

dor-Geral Adjunto de Controle Interno, compete: I - desenvolver ações para promoção e fomento da transparência pública, do controle social e da integridade, bem como gerir o Portal Transparência Pará;

II - gerenciar a transparência ativa, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), o canal de denúncias e a ouvidoria da Controladoria-Geral do Estado (CGE);

III - orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo acerca da classificação de informação quanto ao grau e prazos de sigilo de que trata a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

e IV - realizar ações relacionadas a programas de integridade, conflito de interesses e à celebração de acordos de leniência.

Considerando as atribuições da C-TRANSP no exercício de 2025, foram realizadas as seguintes atividades.

► Elaboração de relatório de Monitoramento da LAI da CGE referente a 2024, que destacou as atividades realizadas pela Controladoria de Transparência e Integridade e a execução da Lei de Acesso à Informação pela Controladoria-Geral do Estado, a qual desempenha um papel fundamental ao cumprir sua função institucional de promover e impulsionar aprimoramentos nos indicadores de transparência ativa interna. Além disso, exerce uma influência significativa no estímulo à transparência no âmbito do Poder Executivo Estadual.

► Elaboração de Relatório Geral de Monitoramento da LAI, referente a 2024, que teve como objetivo apresentar uma síntese compilada dos dados enviados pelas Secretarias, Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual por meio dos seus respectivos Relatórios Anuais da Lei de Acesso à Informação, bem como, abordar outros eventos relevantes de transparência ativa e passiva ocorridos em 2023 no Poder Executivo do Estado do Pará.

► Participação na Ação nº 02/2025 – “Conheça a Administração Pública, pergunte!”, desenvolvida no âmbito da Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação (RedeLAI), com o objetivo de produzir materiais institucionais destinados à divulgação nas redes sociais da Controladoria-Geral da União (CGU) e das demais controladorias participantes, incluindo conteúdo específico sobre hipóteses de negativa de acesso à informação.

► Atendimentos registrados, no âmbito da CGE, no Sistema de Informação ao Cidadão (SIC.PA) em 2025. No período, foram contabilizadas as seguintes manifestações relacionadas ao acesso à informação:

- Solicitações de acesso à informação: 71 respondidas;
- Recursos em 1ª instância: 9 respondidos;
- Recursos em 2ª instância: 3 respondidos;
- Pedidos de revisão de resposta: 3 respondidos;
- Recursos à CGE (3ª instância): 3 respondidos.

Observação: ao todo no Poder Executivo Estadual, foram registradas até 31/12/2025, 3.135 solicitações respondidas;

► Elaboração da Instrução Normativa nº 021/2025/CGE/PA, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a divulgação ativa de informações sobre obras públicas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

► Realização de reuniões técnicas interinstitucionais com o objetivo de alinhar conteúdos, critérios e fluxos de envio de dados para qualificar a divulgação de informações de interesse público no Portal da Transparência, promovendo padronização, melhoria da qualidade dos dados e fortalecimento da transparência ativa.

► Realização de ações de orientação sobre acesso à informação e transparência ativa, no âmbito da competência da CGE de orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual quanto ao cumprimento das normas de transparência pública.

► Fortalecimento do Portal da Transparência, com a finalidade de ampliar a transparência ativa e qualificar a disponibilização de informações públicas à sociedade.

Como resultado das melhorias implementadas, o Portal alcançou 75,06% de conformidade na avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) – edição 2025, representando crescimento de 28,45% em relação ao ano anterior, além de cumprir 100% dos itens essenciais previstos na metodologia de avaliação.

Esse desempenho resultou na obtenção do Selo Prata de Transparência, conforme critérios estabelecidos pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), demonstrando a evolução das práticas de transparência pública no Estado.



Funcionalidades e conteúdos implementados ou aprimorados no exercício de 2025:

4.1 Disponibilização de informações sobre suprimentos de fundos, com dados extraídos dos sistemas SIAFE e SIAFEM: (link: <https://www.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/suprimento-fundos>)

4.2 Criação de aba específica sobre Operações de Crédito, com redirecionamento para informações detalhadas no site da SEFA/PA: (link: <https://www.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/operacoes-credito>)

4.3 Disponibilização de seção de Dados Abertos: (link: <https://www.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/dados-abertos>)

4.4 Inserção de link de acesso ao Anuário Estatístico do Pará: (link: <https://www.fapespa.pa.gov.br/anuario-estatistico-do-para-2/>)

4.5 Publicação de link para o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) da CGE-PA: (link: <https://www.cge.pa.gov.br/plano-anual-de-auditoria-interna>)

4.6 Criação de página específica sobre Acordos de Leniência: (link: <https://ptp.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/acordos-leniencia>)

4.7 Criação de página específica sobre Contratos: (link: <https://ptp.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/contratos>)

4.8 Disponibilização de informações sobre Audiências e Consultas Públicas: (link: <https://ptp.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/audiencias-consultas-publicas>)

4.9 Publicação de Relatórios de Ouvidoria e da LAI: (link: <https://ptp.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/relatorio-ouvidoria>)

4.10 Publicação de Relatórios de Controle Interno: (link: <https://ptp.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/relatorio-controle-interno>)

4.11 Publicação de Relatórios de Controle Externo: (link: <https://ptp.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/relatorio-controle-externo>)

4.12 Disponibilização de seção sobre Concursos Públicos: (link: <https://ptp.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/node/58>)

Produto (PPA 2024-2027): Número de acesso no Portal da Transparência

Entrega vinculada em 2025: Disponibilização e manutenção de informações de controle e transparência no Portal

Quantidade considerada para o produto: 372.906 visitas com 2.197.378 ações, entre Jan a Dez 2025.

No total, foram realizadas 8 (oito) Ações de Controladoria pela C-TRANSP no exercício de 2025, vinculadas à ação Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, e para a Ação Fortalecimento do Portal da Transparência, que tem por produto Número de Acesso no Portal da Transparência, foram registrados 372.906 visitas com 2.197.378 ações, entre Jan a Dez.

Além das atividades concluídas em 2025, encontram-se em andamento na Controladoria de Transparência e Integridade alguns projetos em 2026, como segue:

- Elaboração de relatório de Monitoramento da LAI da CGE referente a 2025, concluído em 31 de janeiro de 2026;
- Elaboração de Relatório Geral de Monitoramento da LAI, referente a 2025;
- Aperfeiçoamento do Portal da Transparência, por meio de ações de padronização, qualificação das publicações e fortalecimento da transparência ativa, com foco na melhoria do desempenho do Estado na avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) – edição 2026;
- Aperfeiçoamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), por meio de ações de capacitação, padronização de procedimentos e elaboração de materiais orientativos, com a finalidade de fortalecer a transparência passiva e qualificar o atendimento às demandas da sociedade;
- Aperfeiçoamento dos Procedimentos Internos de Classificação de Informações, com a finalidade de padronizar o tratamento de informações sigilosas e fortalecer a segurança jurídica e a governança interna no âmbito da Controladoria-Geral do Estado;
- Elaboração de minuta sobre a Política Estadual de Promoção da Integridade e guia de integridade pública;

Ouvidoria da Controladoria-Geral do Estado

A Ouvidoria da Controladoria-Geral do Estado do Pará constitui importante instrumento de interlocução entre a sociedade e a Administração Pública Estadual, permitindo o recebimento, registro e tratamento de manifestações relacionadas à atuação institucional do órgão.

No exercício de 2025, as atividades da Ouvidoria foram desenvolvidas em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e do Decreto Estadual nº 113/2019, que institui a Rede de Ouvidorias do Estado do Pará.

No período analisado, foram registradas 8 manifestações no Sistema Integrado de Gestão de Ouvidoria (SIGO), das quais 6 foram devidamente respondidas e 2 permaneciam em tramitação no momento da consolidação das informações, demonstrando elevado nível de resolutividade no tratamento das demandas recebidas.

A atuação da Ouvidoria compreendeu o recebimento, a análise preliminar e o encaminhamento das manifestações às unidades competentes, bem como o acompanhamento das providências adotadas até a apresentação de resposta conclusiva ao cidadão, contribuindo para o fortalecimento da transparência, do controle social e para o aprimoramento contínuo da gestão pública estadual.

Diante do exposto, evidencia-se que as atividades desenvolvidas pela Área Finalística da Controladoria-Geral do Estado em 2025 demonstram o compromisso institucional com o fortalecimento do controle interno, a integridade, a transparência e a melhoria da gestão pública. Destacam-se os avanços obtidos pelas controladorias na execução das ações previstas no PPA 2024–2027, bem como a evolução da transparência ativa do Estado.

IV- ATUAÇÃO DA ÁREA MEIO

A área meio da Controladoria-Geral do Estado exerce papel fundamental no suporte administrativo, financeiro e tecnológico necessário ao funcionamento das atividades institucionais do órgão. No exercício de 2025, as unidades responsáveis por essa dimensão da gestão desenvolveram ações voltadas à sustentação das atividades administrativas, à execução orçamentária e financeira, à gestão de recursos humanos, bem como à manutenção da infraestrutura tecnológica que assegura a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela CGE.

As iniciativas desenvolvidas nesse âmbito contribuíram para o adequado funcionamento das rotinas institucionais e para o suporte às atividades finalísticas da Controladoria, abrangendo o acompanhamento da execução das metas institucionais, o gerenciamento de recursos administrativos e contratuais e a garantia de segurança, disponibilidade e estabilidade da infraestrutura tecnológica utilizada pelo órgão.

Além das atividades administrativas e de suporte operacional, a área meio também desenvolveu iniciativas institucionais voltadas ao fortalecimento da integração organizacional, à qualificação dos processos de trabalho e ao desenvolvimento permanente dos servidores da Controladoria-Geral do Estado. Nesse contexto, destacam-se as seguintes ações implementadas no exercício de 2025:

- Desenvolvimento do projeto Alumiar “Conexões institucionais para educação permanente da Controladoria-Geral do Estado” com principal objetivo proporcionar educação permanente e qualificação contínua dos processos de trabalho da CGE, contribuindo diretamente para o desenvolvimento de servidores públicos e a modernização das práticas de controle interno.
- Execução do projeto “Deixa eu te contar” com o objetivo de discutir assuntos de interesse do órgão, além de dialogar e capacitar a equipe interna para melhorar o atendimento externo.

Para além dessas iniciativas institucionais, ao longo do exercício de 2025 também foram desenvolvidas atividades administrativas, financeiras e tecnológicas voltadas à sustentação das rotinas organizacionais da Controladoria-Geral

do Estado, no âmbito da área meio, coordenada pela Controladoria-Geral Adjunta de Gestão e Suporte. As principais atividades desenvolvidas nesse contexto são apresentadas nas seções a seguir:

IV.1 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A Diretoria Administrativa e Financeira desempenha papel essencial na estrutura organizacional da Controladoria-Geral do Estado, sendo responsável pela gestão orçamentária, financeira, administrativa, patrimonial e de recursos humanos do órgão. No exercício de 2025, a unidade desenvolveu ações voltadas ao suporte das atividades institucionais da CGE, assegurando a execução regular das ações administrativas e o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento governamental.

As atividades executadas no período estiveram alinhadas aos programas institucionais de governança pública e manutenção da gestão, abrangendo o acompanhamento da execução orçamentária, a gestão de contratos administrativos, a concessão de benefícios aos servidores, a operacionalização das rotinas de recursos humanos e a manutenção das condições necessárias ao funcionamento das atividades institucionais do órgão.

O presente demonstrativo de atuação da Diretoria Administrativa e Financeira – DAF tem por finalidade apresentar a consolidação das atividades desenvolvidas no exercício de 2025, com base nas informações registradas no Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará – SIGPLAN, instrumento instituído pelo Decreto nº 2.312/2018.

A DAF desempenha papel estratégico no suporte orçamentário, financeiro, contratual, patrimonial e administrativo da CGE, assegurando a execução regular das ações institucionais e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA 2024-2027 e no Orçamento Geral do Estado. Este relatório demonstra os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, evidenciando o alinhamento da gestão administrativa e financeira às diretrizes de governança pública, eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal. A elaboração do presente relatório baseou-se:

1. Nos dados quantitativos e qualitativos registrados mensalmente no SIGPLAN;
2. Na consolidação das informações encaminhadas pelos setores responsáveis;
3. No acompanhamento das metas vinculadas aos Programas: Governança Pública e Manutenção da Gestão.

Os dados foram sistematizados considerando execução das ações, cumprimento das metas mensais, consolidação anual dos resultados, regularidade dos registros no sistema.

IV.1.1 – ANÁLISE POR PROGRAMA GOVERNANÇA PÚBLICA

Objetivo: Prover a Governabilidade e Transparência do Poder Executivo

No âmbito deste programa, a CGE executou ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da transparência pública e ao aprimoramento do Sistema de Controle Interno.

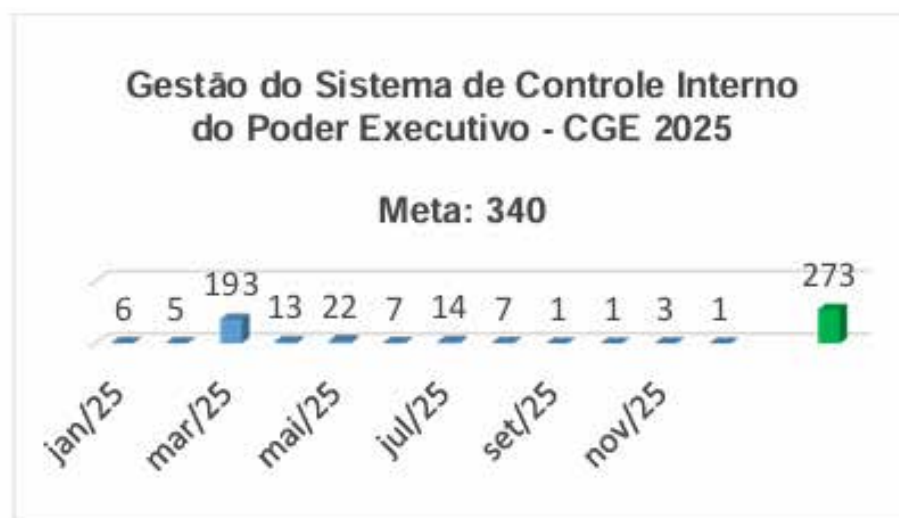
Ação: Fortalecimento do Portal da Transparência Durante o exercício de 2025, foram mantidos e aprimorados os itens de consulta disponibilizados na aba “Transparência”, garantindo acesso à informação e ampliando a visibilidade dos dados institucionais.

Resultado: Atualização e manutenção contínua dos itens de consulta e atendimento aos princípios da publicidade e transparência ativa.



Ação: Gestão do Sistema de Controle Interno foram executados relatórios técnicos, consultorias e análises especializadas pelas controladorias, contribuindo para o fortalecimento da governança e prevenção de irregularidades.

Resultado: Produção técnica regular; Apoio consultivo aos órgãos do Poder Executivo; Aprimoramento do ambiente de controle interno.



Objetivo: Promover o Desenvolvimento e Assistência ao Servidor

Ação: Capacitação de Servidores Públicos Ao longo de 2025, foram registradas capacitações voltadas ao desenvolvimento técnico dos servidores da CGE.

Resultado: Capacitação de servidores conforme metas estabelecidas; Fortalecimento das competências institucionais; Aprimoramento da qualidade dos serviços prestados.

Observação: O controle foi realizado de forma a evitar duplicidade de registro de servidores ao longo do exercício, conforme orientação da SEPLAD.



IV.1.II – ANÁLISE POR PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

Este programa concentra as ações de suporte administrativo e financeiro necessárias à continuidade das atividades institucionais da CGE.

Ação: Concessão de Auxílio Alimentação Mantida a concessão regular aos servidores beneficiários, conforme normativos vigentes.



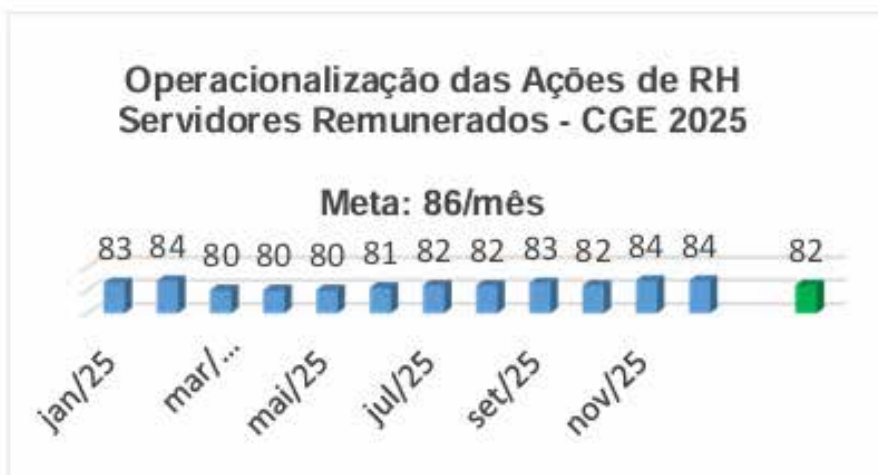
Ação: Concessão de Auxílio Transporte Executada regularmente, garantindo suporte ao deslocamento funcional.



Ação: Operacionalização das Ações Administrativas Mantidos contratos vigentes necessários ao funcionamento da CGE, incluindo serviços continuados, locações e suporte tecnológico.



Ação: Operacionalização das Ações de Recursos Humanos Gestão regular da folha de pagamento, contemplando: Servidores efetivos, Cargos comissionados e Estagiários.



Conforme demonstrado nas tabelas consolidadas abaixo, referente aos Programas Governança Pública e Manutenção da Gestão, a execução física e financeira das ações da Diretoria Administrativa e Financeira no exercício de 2025 apresentou, de modo geral, aderência satisfatória às metas estabelecidas no planejamento orçamentário.

PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA							
AÇÃO	META		ACUMULADO		PERCENTUAL		STATUS DA AÇÃO NO SIGPLAN
	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	
Fortalecimento do Portal da Transparência	13	70.000,00	16	62.754,67	119%	90%	Conforme Programado
Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo	340	70.000,00	273	72.094,46	80%	103%	Conforme Programado
Capacitação de Servidores Públicos	85	120.000,00	79	110.841,48	93%	92%	Conforme Programado

No âmbito do Programa Governança Pública, destaca-se superação da meta física da ação Fortalecimento do Portal da Transparência (119%), com execução financeira de 90%, na ação de Gestão do Sistema de Controle Interno a execução física foi de 80% e financeira de 103% e observou-se também o cumprimento de 93% da meta física e 92% da execução financeira na ação capacitação de servidores públicos.

As ações mantiveram desempenho dentro do previsto, com percentuais entre 90% e 99% de execução física e financeira, destacando-se a regularidade na concessão de benefícios e na operacionalização das ações administrativas e de recursos humanos.

De forma consolidada, verifica-se que a maioria das ações apresentou status “Conforme Programado”, evidenciando alinhamento entre planejamento e execução, bem como adequada gestão dos recursos públicos. A Diretoria Administrativa e Financeira permanece atenta aos pontos que demandam aprimoramento, reforçando seu compromisso com a eficiência, o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas institucionais da CGE.

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO							
AÇÃO	META		ACUMULADO		PERCENTUAL		STATUS DA AÇÃO NO SIGPLAN
	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	4	30.000,00	3	16.134,00	69%	54%	Merece Atenção
Concessão de Auxílio Alimentação	84	1.475.836,00	81	1.449.356,64	96%	98%	Conforme Programado
Concessão de Auxílio Transporte	25	56.374,00	23	47.715,54	94%	85%	Conforme Programado
Operacionalização das Ações Administrativas	20	1.787.692,00	18	3.447.856,46	90%	193%	Conforme Programado
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	86	11.033.339,00	82	10.913.531,51	95%	99%	Conforme Programado

IV.II - DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Diretoria de Tecnologia da Informação exerce papel estratégico no suporte tecnológico às atividades desenvolvidas pela Controladoria-Geral do Estado, sendo responsável pela gestão da infraestrutura digital, pela segurança das informações institucionais e pelo funcionamento dos sistemas que apoiam as rotinas administrativas e finalísticas do órgão.

No exercício de 2025, a unidade atuou na manutenção e no aprimoramento da infraestrutura tecnológica da CGE, assegurando elevados níveis de disponibilidade, estabilidade e proteção dos dados institucionais, além de prestar suporte contínuo aos sistemas estruturantes utilizados pela Administração Pública Estadual.

As ações desenvolvidas abrangeram o monitoramento da rede corporativa, a gestão de acessos e permissões, a realização de rotinas de backup e a implementação de medidas voltadas à segurança da informação, contribuindo para a continuidade operacional dos serviços institucionais e para o fortalecimento da transparência e da governança digital no âmbito do Estado.

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DITI consolidou, no exercício de 2025, a estabilidade e a confiabilidade da infraestrutura tecnológica da CGE, garantindo segurança, disponibilidade e governança digital compatíveis com as exigências da Administração Pública Estadual.

A atuação estratégica da DITI sustentou integralmente:

- A execução das atividades da Controladoria Geral do Estado.
- A transparência ativa do Estado
- A segurança dos dados institucionais
- O suporte aos sistemas estruturantes do Governo do Estado.

IV.II.I - INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DISPONIBILIDADE

Indicador	Resultado 2025
Disponibilidade da infraestrutura	99,4%
Equipamentos de rede gerenciados	95,5%
Incidentes críticos de perda de dados	0

A DITI realizou monitoramento contínuo da infraestrutura da instituição, com manutenção preventiva e corretiva, além de rotinas automatizadas de backup, assegurando continuidade operacional da CGE.

IV.II.II - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

A gestão da rede corporativa incluiu:

- Configuração de IP e DNS fixos
- Controle de permissões de acesso
- Bloqueio ativo de tentativas externas de invasão
- Gestão de instalação de softwares
- Administração de pastas compartilhadas institucionais

Resultado 2025:

- 147 tentativas externas bloqueadas
- 0 incidentes críticos de segurança

O ambiente institucional não possui formulários externos de inserção de dados, reduzindo significativamente vetores de ataque.

IV.II.III - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL A CGE

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DITI atua de forma contínua na manutenção, atualização e suporte técnico do Portal da Transparência do Estado do Pará, assegurando a disponibilização de informações públicas de forma íntegra, atualizada e acessível à sociedade. No âmbito da gestão, são garantidas a publicação e a atualização de dados relativos a receitas, despesas, execução orçamentária, servidores e demais informações de interesse público, em conformidade com os princípios da transparência e da publicidade. Como resultado, a atuação da DITI contribui para o fortalecimento da transparência ativa, ampliando o acesso à informação, promovendo o controle social e apoiando a tomada de decisão por parte dos gestores públicos. Dessa forma, o Portal da Transparência consolida-se como instrumento estratégico de governança pública, assegurando maior visibilidade das ações governamentais e reforçando a accountability no âmbito do Estado do Pará.

Com suporte técnico da DITI, mantém e atualiza:

- Portal da Transparência Pará;
- Portal da Transparência COVID-19;
- Sistema e-SIC estadual.

São disponibilizadas informações sobre:

- Receitas e despesas públicas;
- Execução orçamentária;
- Servidores ativos, inativos e pensionistas;
- Operações de crédito;
- Dados relativos ao enfrentamento da COVID-19;

A atuação reforça o compromisso do Estado do Pará com a transparência ativa e o controle social.

IV.II.IV - SISTEMAS ESTRUTURANTES DO ESTADO – SUPORTE E GOVERNANÇA

A DITI presta suporte e/ou gestão nos seguintes sistemas estratégicos estaduais:

- PAE 3.0 e PAE 4.0;
- SIAFE;
- SIGPLAN;
- SISPAT Web;
- SEFIP;
- SigiRH ;
- Conectividade CAIXA;
- Conectividade SERPRO;
- SiSPATRI;
- SAEWEB.

Essa atuação garante a integração tecnológica entre a CGE e os demais órgãos da Administração Pública Estadual.

IV.II.V SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO INTERNO

Indicador	Resultado 2025
Chamados internos registrados	248
Resolução no mesmo dia	94%
Modalidade de atendimento	Presencial

IV.II.VI - SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO EXTERNO – SiSPATRI (01/10/2025 a 31/12/2025)

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DITI, presta suporte técnico e operacional ao Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos – SiSPATRI, desenvolvido pela PRODEPA, em conformidade com o Decreto Estadual nº 1.712/2021. A ferramenta constitui importante instrumento de transparência, controle e atendimento ao cidadão, viabilizando o registro, a atualização e o acompanhamento das declarações de bens dos agentes públicos. No âmbito da gestão pública, o SiSPATRI desempenha papel estratégico no fortalecimento do controle interno, contribuindo diretamente para

a promoção da integridade, da ética e da transparência no serviço público. Dessa forma, o SISPATRI consolida-se como ferramenta essencial para o aprimoramento da governança pública, promovendo responsabilidade, eficiência e maior controle na gestão das informações no âmbito do Estado do Pará.

Indicador	Resultado
Chamados registrados	4.500
Resolução no mesmo dia	94%
Modalidade de atendimento	Telefone, e-mail e Presencial

A DITI assegurou suporte contínuo aos colaboradores, garantindo estabilidade operacional e redução de interrupções administrativas.

IV.II.VII - CAPACITAÇÃO TÉCNICA.

- Administração Avançada de Servidores Linux.
- Segurança da Informação e Hardening de Redes.
- Governança Digital e LGPD.
- Gestão de Riscos em Tecnologia da Informação.
- Monitoramento e backup corporativo.

IV.II.VIII - BUSINESS INTELLIGENTES (BI-WEB) NO APOIO DA GESTÃO DA CGE.

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DITI presta suporte técnico e operacional aos principais sistemas utilizados pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), destacando-se, nesse contexto, a utilização de ferramentas de Business Intelligence (BI-Web) como instrumento estratégico de apoio à gestão institucional.

A adoção do BI-Web tem se consolidado como uma solução essencial para o fortalecimento da gestão baseada em dados, proporcionando maior eficiência, transparência e capacidade analítica no tratamento das informações institucionais.

Por meio do BI-Web, a CGE amplia sua capacidade de monitoramento das atividades institucionais, promovendo maior controle, rastreabilidade e análise dos processos administrativos, contribuindo diretamente para o aprimoramento da governança pública.

No âmbito operacional, o BI-Web contribui para:

- O acompanhamento contínuo de indicadores de desempenho das áreas finalísticas e de apoio;
- A análise integrada de dados relacionados à execução orçamentária, transparência pública e controle interno;
- A identificação de inconsistências, riscos e oportunidades de melhoria nos processos institucionais;
- A geração de relatórios gerenciais automatizados, reduzindo a necessidade de tratamento manual de dados e aumentando a confiabilidade das informações;

Adicionalmente, a ferramenta fortalece a atuação da CGE no que se refere à transparência ativa e ao controle social, ao possibilitar a disponibilização de informações consolidadas, acessíveis e de fácil interpretação para gestores públicos e cidadãos.

Sob a perspectiva tecnológica, o BI-Web integra-se ao ambiente de sistemas corporativos do Estado, promovendo maior interoperabilidade entre plataformas e viabilizando uma visão unificada das informações institucionais.

Dessa forma, a parceria da CGE com o programa do Business Intelligence (BI) representa um avanço significativo na gestão pública estadual, contribuindo para o aprimoramento da governança, o aumento da eficiência administrativa e o fortalecimento das ações de controle e transparência no âmbito do Estado do Pará.

IV.II.IX – SISTEMA INTEGRADO DE OUVIDORIA (SIGO) NO APOIO À GESTÃO DA CGE.

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DITI presta suporte técnico e operacional ao Sistema Integrado de Ouvidoria – SIGO, ferramenta essencial para o fortalecimento da transparência, do controle social e da gestão participativa no âmbito da Controladoria-Geral do Estado (CGE).

Por meio do sistema, são registradas e acompanhadas manifestações como denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, permitindo à CGE monitorar demandas sociais em tempo real e atuar de forma mais eficiente, transparente e orientada por dados.

O SIGO possibilita o controle dos prazos de resposta, a distribuição automatizada das demandas aos setores responsáveis e a geração de relatórios gerenciais, contribuindo para a tomada de decisão e o aprimoramento contínuo dos serviços públicos.

Dessa forma, o sistema fortalece o controle social, amplia a transparência e consolida-se como ferramenta estratégica para a melhoria da gestão pública no âmbito do Estado do Pará.

IV.II.X - IMPACTO INSTITUCIONAL

A atuação da DITI garantiu:

- Continuidade dos serviços institucionais interno e externos;
- Segurança da informação institucional;
- Transparência ativa fortalecida;
- Estabilidade da infraestrutura tecnológica;
- Suporte integral aos sistemas e.SIC / SISPATRI.

A Diretoria de Tecnologia da Informação cumpriu integralmente suas metas estratégicas no exercício de 2025, assegurando elevado padrão de eficiência operacional, robustez na segurança institucional e plena disponibilidade dos serviços tecnológicos essenciais ao desempenho das atividades da Controladoria-Geral do Estado. Como diretrizes para o exercício de 2026, destacam-se a modernização da infraestrutura de rede, a ampliação das políticas de segurança cibernética, a evolução da governança digital, o fortalecimento da integração com sistemas estaduais, a atualização tecnológica contínua e a realização de capacitações técnicas voltadas à Administração Avançada de Servidores Linux e à Segurança de Redes. Dessa forma, a atuação da Diretoria consolida a infraestrutura digital como pilar estruturante da governança, da transparência pública e da continuidade administrativa no âmbito do Estado do Pará.

V – CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS

O exercício de 2025 foi marcado pelo desenvolvimento de iniciativas voltadas ao fortalecimento institucional da Controladoria-Geral do Estado do Pará e à ampliação de sua capacidade de atuação como órgão central do Sistema de

Controle Interno do Poder Executivo Estadual. As ações implementadas ao longo do período evidenciam uma atuação integrada entre as áreas institucionais, finalísticas e de suporte, orientada pelo compromisso com a transparência, a integridade, a eficiência administrativa e a melhoria contínua da gestão pública.

No campo institucional, destacaram-se iniciativas voltadas ao aprimoramento de instrumentos de governança e integridade, à qualificação técnica dos servidores e à ampliação da presença institucional da CGE em agendas estratégicas. A implementação e o fortalecimento de instrumentos como o Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos – SISPATRI, a promoção de ações de capacitação e desenvolvimento profissional, a cooperação técnica firmada com órgãos da administração estadual e a incorporação de diretrizes de sustentabilidade na gestão pública demonstram o compromisso do órgão com a modernização administrativa e com a adoção de práticas alinhadas às boas práticas de governança.

Os resultados institucionais alcançados pela Controladoria-Geral do Estado do Pará no exercício de 2025 refletem uma atuação integrada entre as áreas finalísticas e a área meio, evidenciando a consolidação de um modelo de gestão orientado à cooperação interna, ao aperfeiçoamento contínuo de processos e à geração de valor público.

No âmbito da área finalística, as ações desenvolvidas demonstraram avanço no fortalecimento das funções de controle interno, com ênfase na atuação preventiva, no monitoramento sistemático da gestão pública, na promoção da transparência e na indução de boas práticas de governança, integridade e sustentabilidade. Tais iniciativas foram potencializadas pela articulação interinstitucional e pela capacidade técnica das unidades responsáveis, contribuindo para o aprimoramento dos mecanismos de controle e para o fortalecimento da confiança institucional.

De forma complementar, a atuação da área meio revelou-se fundamental para a sustentação e o aprimoramento dessas entregas, assegurando as condições administrativas, financeiras e tecnológicas necessárias ao pleno funcionamento do órgão. Para além do suporte operacional, destacaram-se iniciativas institucionais voltadas à qualificação dos processos internos, ao desenvolvimento de servidores e ao fortalecimento da integração organizacional, evidenciando o papel estratégico da área meio na consolidação dos resultados institucionais.

A convergência entre as ações das diferentes áreas permitiu não apenas a execução das atividades planejadas, mas também o aperfeiçoamento de instrumentos e práticas já existentes, promovendo maior alinhamento entre planejamento, execução e monitoramento das políticas institucionais. Nesse contexto, iniciativas como a capacitação continuada de servidores, o fortalecimento dos mecanismos de transparência, a estruturação de instrumentos de gestão de riscos e a incorporação de diretrizes sustentáveis nas contratações públicas demonstram a evolução de uma atuação cada vez mais integrada e orientada a resultados.

Destaca-se, ainda, que o suporte tecnológico e a modernização da infraestrutura institucional contribuíram diretamente para a ampliação da eficiência das atividades finalísticas, viabilizando maior agilidade no tratamento de informações, no acompanhamento de processos e na tomada de decisões estratégicas.

Assim, a atuação conjunta das áreas finalísticas e da área meio evidencia o amadurecimento institucional da Controladoria-Geral do Estado do Pará, consolidando um modelo de gestão baseado na integração, na melhoria contínua e na busca por maior efetividade das ações de controle, transparência e governança pública.

VI – DIRETRIZES INSTITUCIONAIS PARA 2026

Para o exercício de 2026, a Controladoria-Geral do Estado do Pará projeta a continuidade e o aprimoramento das iniciativas voltadas ao fortalecimento do Sistema de Controle Interno e ao aperfeiçoamento dos instrumentos de governança pública no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Entre as principais diretrizes institucionais previstas para o período, destacam-se o fortalecimento das ações de auditoria, inspeção e monitoramento da gestão pública; a ampliação das iniciativas de transparência ativa e de incentivo ao controle social; o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de riscos e integridade institucional; e a continuidade das ações de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores.

No âmbito do aperfeiçoamento institucional, prevê-se a regulamentação e a ampliação do regime de teletrabalho na Controladoria-Geral do Estado, com vistas ao incremento da eficiência, da produtividade e da gestão orientada a resultados. Também se insere nesse contexto a consolidação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, mediante a edição e publicação de instrumento orientador destinado a estabelecer diretrizes, fluxos e procedimentos para sua adequada operacionalização.

Adicionalmente, as diretrizes para 2026 contemplam a execução de ações estruturantes previstas em ordens de serviço institucionais, voltadas à regulamentação do Sistema de Controle Interno; ao fortalecimento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), por meio da capacitação de servidores, da padronização de procedimentos e da produção de materiais orientativos; à elaboração e consolidação dos Relatórios Anuais de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação; e ao aprimoramento da transparência ativa nos portais institucionais, com foco na elevação do nível de transparência do Estado e no aprimoramento do desempenho em avaliações nacionais.

No campo da integridade pública, projeta-se a instituição e o fortalecimento da Política de Integridade no âmbito do Poder Executivo Estadual, com a elaboração de instrumentos orientadores, diretrizes metodológicas e mecanismos voltados à implementação e ao acompanhamento dos planos de integridade, contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional pautada na ética e na prevenção de irregularidades.

Também se projeta o avanço das políticas voltadas à transformação digital e ao fortalecimento da governança tecnológica, com a modernização da infraestrutura de rede, o aprimoramento das políticas de segurança cibernética e a ampliação da integração entre os sistemas utilizados pelos órgãos da Administração Pública Estadual.

No campo da transparência, destaca-se, ainda, a expectativa de evolução dos indicadores institucionais, com vistas à elevação do nível de avaliação do Estado em rankings nacionais, incluindo a busca pela obtenção do nível ouro de certificação em transparência pública.

No campo da sustentabilidade e da governança responsável, a CGE pretende dar continuidade às iniciativas voltadas à incorporação de critérios ambientais e de boas práticas de governança nos processos administrativos e nas contratações públicas, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, as diretrizes estabelecidas para 2026 reforçam o compromisso da Controladoria-Geral do Estado do Pará com a modernização da administração pública, com o aprimoramento da gestão governamental e com a promoção de uma atuação institucional cada vez mais eficiente, transparente e orientada à geração de valor público para a sociedade paraense.





